

40 SOCIEDADE E EMANCIPAÇÃO: A FORMAÇÃO DE GUARDAS MUNICIPAIS NO ATENDIMENTO A OCORRÊNCIAS DE MAUS-TRATOS A ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, ESTADO DO PARANÁ, BRASIL

CORADASSI, C. E.¹, INGLÉS, L. M.¹, PEREIRA, C. C.¹, SANTOS, P. V. A.², MASCARELLO, G.³

¹ Médico-veterinário da Secretaria Municipal de Saúde de Ponta Grossa/PR (SMS-PG). E-mail: coradassi@gmail.com

² Bióloga da Secretaria Municipal de Saúde de Ponta Grossa/PR (SMS-PG).

³ Advogada, Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná (OAB-PR).

As pessoas convivem com animais de estimação desde a antiguidade, e não existem relatos de culturas que viveram sem a sua presença. Inicialmente, o homem caçava os animais e depois passou a domesticá-los. Diante dessa constatação, admite-se que não existiam apenas animais para propósitos funcionais, mas também para desempenhar o importante papel de companhia. Os maus-tratos a animais são muito frequentes nas cidades brasileiras e podem ser evidenciados de várias formas: abandono, negligência, imprudência, crueldade, entre outros. No meio urbano as espécies de animais mais frequentemente observadas como vítimas de maus-tratos são cães, gatos e equídeos. No município de Ponta Grossa, os casos de maus-tratos não tinham um fluxograma de atendimento, o que dificultava tanto a notificação de tais violências quanto a averiguação das ocorrências. Desse modo, no ano de 2014, foi instituída uma parceria com a Guarda Municipal que propiciou a capacitação de 40 guardas municipais para esse tipo de atendimento. Para implementação dessa parceria, a Comissão de Proteção Animal da Ordem dos Advogados do Brasil em conjunto com Organizações não governamentais e a Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente efetuaram a capacitação de todo o efetivo da Guarda Municipal, composta por 167 agentes. Os conteúdos abordados foram: comportamento animal, legislação, humanização e casos reais. Hoje a Guarda Municipal tem papel fundamental na averiguação dos casos de maus-tratos, em parceria com o Controle de Zoonoses. O primeiro atendimento é efetuado pela guarda municipal, que é acionada pelo telefone 153. Dessa forma, o agente se desloca ao local da averiguação, orienta e intervém; os casos mais graves são encaminhados para avaliação do Controle de Zoonoses, que dá seguimento à ocorrência, adotando as medidas legais. Os resultados obtidos nesses dois anos de parceria revelaram que mais de 200 casos foram atendidos pela Guarda Municipal e Controle de Zoonoses. A parceria e criação do fluxograma de ações foram fundamentais para que a população passasse a ter um canal de escuta, acolhimento e resolução da ocorrência, já que proporcionou o sentimento de segurança e empoderamento da comunidade, objetivos fundamentais do convívio em sociedade.

41 SITUAÇÃO DA DISCIPLINA DE MEDICINA VETERINÁRIA LEGAL EM CURSOS DE GRADUAÇÃO NO BRASIL

TEZZA, L. B. L.¹, REIS, S. T. J.², MOLENTO, C. F. M.³, GARCIA, R. C. M.³

¹ Médica-veterinária, Departamento de Polícia Federal do Paraná (DPF-PR). E-mail: louise.tezza@gmail.com

² Doutorando da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Departamento de Polícia Federal (DPF-PR).

³ Doutora em Zootecnia pela McGill University e Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Apesar da Medicina Veterinária Legal ser prevista na Lei Federal nº 5.517, desde 1968, os conhecimentos necessários para a competente atuação do perito e assistente técnico médico-veterinário nem

sempre estão incluídos na grade curricular dos cursos de graduação em Medicina Veterinária. O trabalho foi delineado para levantar a situação do ensino da Medicina Veterinária Legal no Brasil. Foram estudados o percentual de Instituições de Ensino Superior (IES) que oferecem disciplina específica voltada à Medicina Veterinária Legal, bem como a sua carga horária e o caráter optativo ou obrigatório. No período compreendido entre 30 de janeiro a 9 de abril de 2016, foram contatados, por mensagem eletrônica, 198 cursos de Medicina Veterinária presentes na listagem dos websites do Conselho Federal de Medicina Veterinária e dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária – na ausência de resposta, foi estabelecido contato telefônico. Das 198 universidades listadas, foram obtidas respostas de 114 instituições, sendo que destas 10,5% (n=12) não oferecem mais o curso de Medicina Veterinária, e, portanto, foram retiradas da pesquisa. Das 102 universidades que possuem o curso e responderam, até o momento, 71,6% (n=73) não oferecem uma disciplina específica para a Medicina Veterinária Legal. Das IES que oferecem essa disciplina, 21 (20,6%) a incluem na grade obrigatória do curso e sete (6,9%) a ofertam de forma optativa. Uma IES (1%) não informou resposta para este quesito. A carga horária das disciplinas ofertadas variou entre 20 e 80 horas, sendo que a média foi de 45 horas. A carência de professores qualificados na área foi mencionada como motivo para a ausência da disciplina de Medicina Veterinária Legal por 2% (n=2) dos cursos, enquanto 9,8% (n=10) afirmaram que o assunto é abordado em outras disciplinas, por exemplo “Patologia geral e especial”, “Deontologia” e “Gestão de negócios e ética veterinária”. Ainda, 5,9% (n=6) afirmaram que, embora não tenham ofertado a disciplina, procuram suprir esse conhecimento por meio de palestras, cursos, minicursos, e abordando o tema nas semanas acadêmicas. Por fim, 8,8% (n=9) das universidades consultadas estudam a inclusão futura da disciplina em sua grade de ensino. Os resultados obtidos demonstraram que, apesar de parte das universidades oferecerem oportunidade a seus estudantes para a obtenção de conhecimentos na área da medicina legal, ofertando uma disciplina específica, a maioria ainda não o faz, talvez por acreditar que a demanda seja suprida em abordagens pontuais em outras disciplinas. A menção ao planejamento da inclusão da disciplina por parte de algumas universidades e a oferta majoritária de maneira obrigatória em outras revelam uma tendência de que, no futuro, esta disciplina deverá estar presente na grade curricular de um maior número de cursos. Novos estudos relacionados com a área da medicina legal deverão ser realizados junto às universidades brasileiras para verificar se a oferta dessa importante disciplina está sendo incrementada nos cursos de graduação de Medicina Veterinária em atividade no Brasil.

42 PROJETO “QUEM AMA CASTRA”: MANEJO POPULACIONAL ÉTICO DE CÃES E GATOS NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE, ESTADO DE MINAS GERAIS, BRASIL

MIRANDA, C. M. S.¹, BAETA, P.¹, LOPES, L. E.², BARROS, L. M. P.², SILVA, A. M. A.², CLEMENTE, L. C.²

¹ Médica-veterinária pela UNIPAC Lafaiete, Especialista, Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete/MG. E-mail: carlassivet@yahoo.com.br

² Acadêmica de Medicina Veterinária pela UNIPAC Lafaiete

A superpopulação de cães e gatos nos centros urbanos, assim como em Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais, Brasil, é um complexo problema de saúde pública, que acarreta a elevação de custos no Sistema Único de Saúde e situações de abandono e maus-tratos. Perante esta situação, há ainda a falta de recomendações nos âmbitos nacional e estadual sobre métodos mais eficazes de controle populacional de cães e gatos, o que